

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
TERRITÓRIO, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

Importância do Sector Corticeiro na Economia Portuguesa

Gonçalo Baptista¹, Ofélia Anjos², M. José Ramalho³

¹ Estagiário da Unidade Departamental de Silvicultura e Recursos Naturais,

² Professor Adjunto da Unidade Departamental de Silvicultura e Recursos Naturais,

³ Assistente da Unidade Departamental de Economia,
Escola Superior Agrária de Castelo Branco

Resumo

O sobreiro (*Quercus suber* L.) é uma espécie típica da região sub-mediterrânica (GOES, 1991). Portugal é o maior produtor mundial de cortiça (52%), sendo a principal utilização deste material no fabrico de rolhas.

O nosso país é actualmente o maior produtor transformador e exportador ao nível mundial, tendo o sector corticeiro influência directa ao nível da Balança Comercial portuguesa, e indirecta nas nossas contas externas.

Face à incontestável importância na economia nacional, foi objectivo deste estudo efectuar a caracterização do sector corticeiro português.

Os resultados obtidos permitem verificar que ao nível produtivo se verificaram reduções na produção de cortiça, o que reforça a ideia de que os montados se encontram envelhecidos e com um grau de regeneração inferior ao que seria necessário. Ao nível da indústria verifica-se que praticamente toda a cortiça produzida no território é transformada internamente destinando-se, depois, para exportação. Como principais clientes sobressaem os países do Norte da Europa e os Estados Unidos, isto é países com um elevado nível científico e tecnológico e por consequência clientes muito exigentes.

Como principais conclusões e sugestões reforça-se a ideia de defesa dum sector no qual Portugal tem uma enorme importância e também uma enorme responsabilidade, pois existem outros países situados na faixa mediterrânea que possuem igualmente óptimas condições edafoclimáticas para a produção de cortiça.

Finalmente, ao nível do comércio, é fundamental que sejam dadas condições à investigação com a finalidade de melhor aproveitar um recurso escasso, com características naturais, e, que concorre no mercado mundial com sucedâneos de origem sintética (de qualidade inferior), mas provenientes de indústrias poderosas com estratégias de marketing e comercialização agressivas.

Palavras chave: Sector corticeiro, economia florestal, comércio externo, Cortiça.

Abstract

The cork oak (*Quercus suber* L.) it's a typical specie of the sub-Mediterranean region (GOES, 1991). Portugal is the biggest producer of cork (52%) in the word.

Our country is currently the biggest producer, processor and exporter to the world level, having the cork sector direct influence in the Portuguese Balance of trade, and indirectly in our account external.

Face at the uncontested importance in the national economics, the main aim of this paper is to do the characterisation of the Portuguese cork sector. The obtained results allow us to seek there are reductions in the production level. At the same time s this in the cork production, what backups the idea that the cork oak stands is aged and along to a level of inferior regenerate than it is to he would be needed. To the level from the industry verifies than it is to practically the whole cork produced in the territory is transformed internally are aimed at, afterward, for exports. The principal's' clients' stands out the countries Northern of Europe and the USA consequently there are exigent clients.

As main conclusions and suggestions we would like to reinforce the idea that the defence of a sector in which Portugal have an enormous importance and an enormous responsibility, therefore other situated countries in the Mediterranean band exist that possess equally excellent climatic conditions for the cork oak production. Finally in the trade level it is necessary to do the investigation in order to do the promotion of a scarce resource feature with natural properties witch occur in the world-wide market with surrogates of synthetic origin, but proceeding from powerful industries with strategies of aggressive marketing and commercialisation.

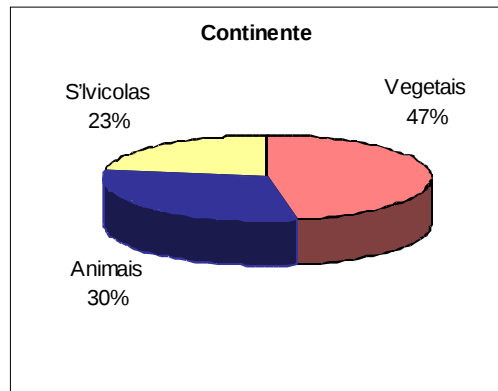
Key words: Cork Industry , forest management, international trade, cork.

Introdução

A dependência da humanidade em relação às florestas tem sido uma constante ao longo da história, adquirido diferentes aspectos consoante as necessidades, por vezes desmesuradas, das sociedades. Assim a Floresta em termos mundiais têm vindo a sofrer verdadeiros “actos criminosos” que prejudicam não só a continuidade da mancha florestal como põem em risco a própria humanidade.

Portugal ocupa à escala mundial um lugar de destaque, como país especializado nas actividades silvícolas pois no nosso país estas actividades têm um peso no PIB superior às médias europeia e mundial (Anjos e Antunes, 1998).

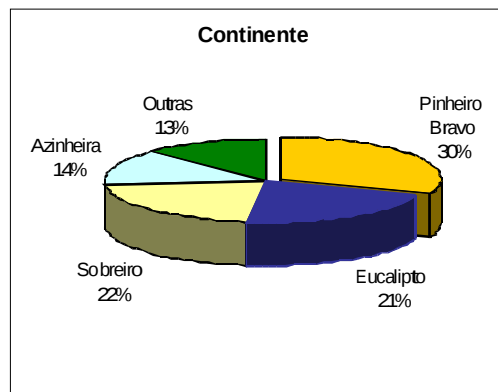
A importância relativa das diferentes actividades desenvolvidas numa região, para além da sua expressão em termos de áreas afectas e quantidades de produto gerado não podem deixar de ser analisadas do ponto de vista da sua valorização económica.



Fonte: DRABI, 1998.

Figura 1 – Repartição do VAB por actividades e peso percentual no VAB do Continente.

A vocação florestal do país está claramente expressa não só na superfície actualmente ocupada pela floresta (3.1 milhões de hectares – 35% território), mas também pela grande possibilidade de expansão dessa área. Existem cerca de 5.3 milhões de hectares de solos sem aptidão agrícola (60% do território), uma grande parte dos quais são passíveis de arborização numa perspectiva de uso múltiplo (Anjos, 1998).



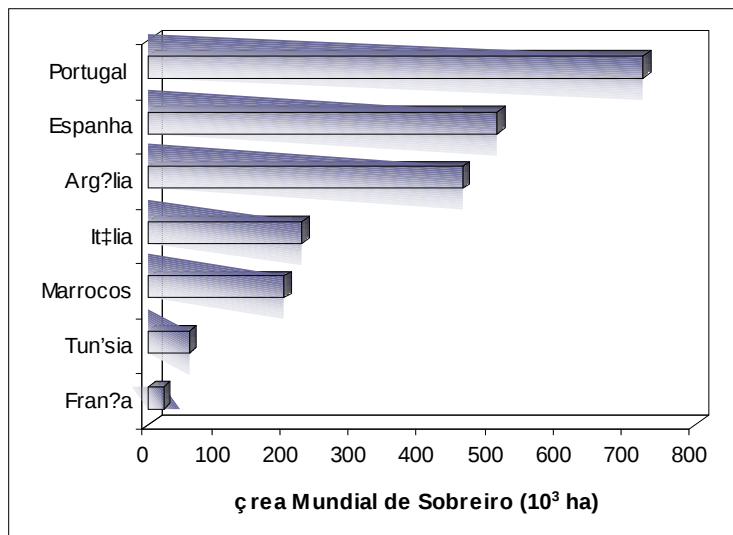
Fonte : DGF, 1999 – Fotografia de 1995; Anjos, 1998.

Figura 2 – Distribuição percentual das espécies florestais na Beira Interior e Continente.

Caracterização da Fileira da Cortiça

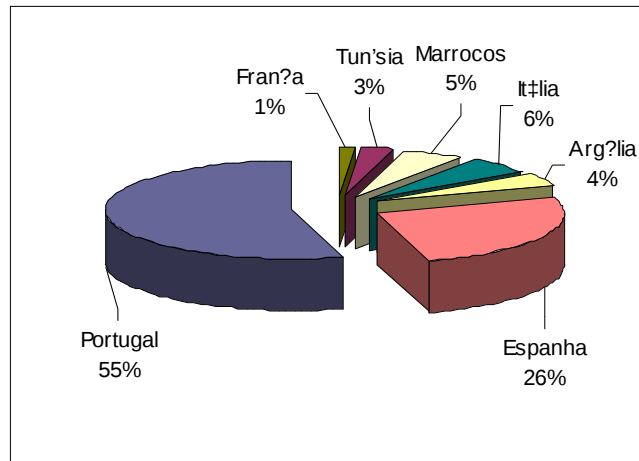
A posição ocupada pelo sector corticeiro na economia nacional e internacional reveste-se de particular interesse. Portugal é actualmente o maior produtor, transformador e exportador de cortiça. Existindo parcelas significativas, quer da superfície do nosso país, quer da sua população, a economia subero-corticeira influencia directamente a nossa balança comercial, e indirectamente a totalidade das nossas contas externas, tornando-se questão importante no seu contributo para o desenvolvimento económico e social do país (Mira, 1998).

A produção mundial de cortiça está concentrada na bacia de influência mediterrânea, nomeadamente Portugal, Espanha, Tunísia, Marrocos, Argélia, Sardenha Sicília, Córsega e França (figura 3). Portugal participa com 55% da produção mundial, sendo a cortiça produzida considerada a melhor do mundo, pelo que a contribuição do nosso país se torna primordial no contexto global (AGRO.GES, 2000). Na figura 3 está representada a produção média anual de cortiça por País.



Fonte: AGRO.GES, 2000

Figura 3 – Distribuição da área mundial de sobreiro em 1000 ha.

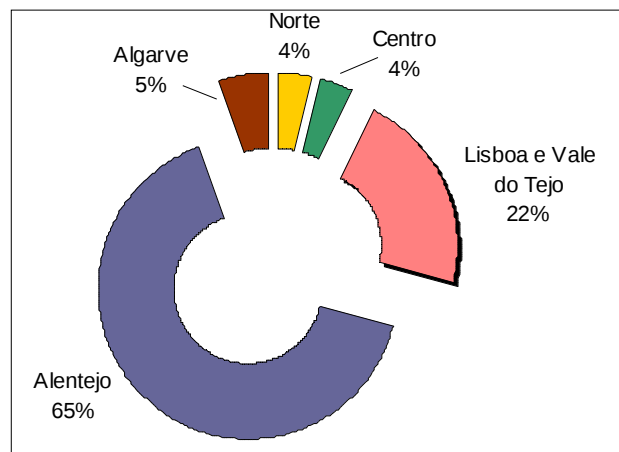


Fonte: AGRO.GES, 2000

Figura 4 – Produção média anual de cortiça.

Ao nível produtivo as boas condições edafo-climáticas propícias ao desenvolvimento da espécie, proporcionaram que Portugal atingisse o lugar cimeiro ao nível da produção corticeira mundial.

A distribuição da produção suberícola localiza-se principalmente no Sul do país, perfazendo aí a área ocupada pelo sobreiro cerca de 58 % da área total de produção suberícola do país. É sobretudo nos distritos de Évora, Setúbal, Portalegre e Beja que se encontram concentradas as maiores áreas suberícolas nacionais (figura 5).



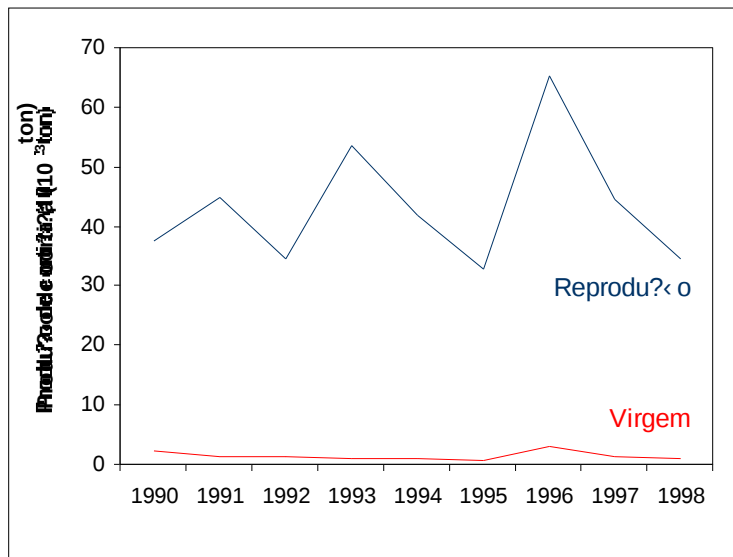
Fonte: DGF, 1999.

Figura 5 – Distribuição da Produção suberícola no território Português.

No que concerne à área ocupada pela espécie *Quercus suber* L., constata-se que a mesma evoluiu de forma positiva nas últimas décadas. De acordo com o Inventário Florestal Nacional (1995), verifica-se que durante o decénio 1985–95 houve um acréscimo de área suberícola de 664 000 hectares para 720 700 hectares, isto é

um acréscimo percentual de 8,54%. Para este facto contribuíram os impactos decorrentes da adopção da Política Agrícola Comum (PAC) e posteriormente da sua Reforma em 1992 através das Medidas Comunitárias daí decorrentes para o nosso país. Nas novas condições de mercado resultantes da PAC, muitas terras até então com aptidão agrícola, foram consideradas marginais nas novas condições de mercado. Em simultâneo os Regulamentos Comunitários para o efeito possibilitaram que fossem reflorestadas com sobreiros praticamente cerca dos 8,5%, correspondentes ao aumento de área suberícola verificado.

No entanto, em termos gerais, a oferta de cortiça como matéria prima para a indústria não sofreu acréscimos, tendo-se inclusivamente verificado-se um pequeno decréscimo de 37632,690 para 34349,640 ton para a cortiça de reprodução e de 2301,840 para 1030,430 ton (figura 6) para a oferta de cortiça virgem (Direcção Geral de Florestas, 1999).



Fonte: Direcção Geral de Florestas, 1999

Figura 6 – Produção de cortiça por ano.

Para tal, contribuiu o facto do sobreiro apenas entrar em plena produção muito próximo dos trinta e cinco anos, o que significa que os incrementos de área verificados na última década, apenas se farão sentir provavelmente daqui a mais de vinte anos. No que concerne à redução geral verificada na oferta de cortiça, esta deve-se ao estado em que se encontram actualmente os nossos montados. Isto é, ao estado de decrepitude que afecta os montados de sobreiro, aliada a uma fraca densidade de arvoredo generalizada dos mesmos, até mesmo à regeneração inexistente bem como à exploração exagerada do sobreiro, agravada ainda pelas incorrectas práticas culturais, que frequentemente conduzem à degradação do meio.

Embora os Programas Comunitários contemplassem não só a instalação de novos povoamentos como a regeneração dos actuais, esta última medida teve algumas dificuldades de implantação, facto que é devido aos actuais sistemas de exploração praticados no montado de sobro. Tratando-se dum sistema de uso múltiplo, isto é, um sistema agro-silvo-pastoril no qual coexistem em simultâneo actividades anuais tais como rotações de culturas arvenses e actividades animais nomeadamente de pequenos e grandes ruminantes além do montado, torna-se extremamente difícil a sua gestão conjunta. As actividades anuais são caracterizadas pela existência de rendimentos anuais, contrariamente ao que sucede nos montados de sobro em que uma vez em plena produção, só é possível a obtenção de receitas de nove em nove anos. Por outro lado, trata-se de uma espécie florestal de ciclo longo, o que significa que o produtor necessita de esperar mais de trinta e cinco anos até que a mesma entre em plena produção, o que conduz a elevados períodos de retorno. Assim, os investimentos desta natureza tornam-se pouco aliciantes para os produtores.

Todas as razões atrás apresentadas justificam as actuais dificuldades de investimento nos montados de sobro, dado o elevado período de retorno deste tipo de investimentos. Atendendo a que o produtor possui outras alternativas agro-pecuárias para investir, com períodos de retorno mais baixos, acaba por optar por estas últimas. Pode-se mesmo afirmar que o montado acaba por ser um complemento de rendimento para o produtor, tornando-se desta forma uma actividade secundária ao invés de ser a actividade principal (Mira, 1994). Esta situação ocorre quer em termos das receitas que proporciona, quer em termos dos cuidados de gestão (Ramalho, 1997).

Assim, a existência simultânea destes sistemas agro-silvo-pastoris conduzem a algumas dificuldades de ordenamento dos montados. Em primeiro lugar, porque as operações culturais que, normalmente, têm de ser efectuadas para as culturas cerealíferas sob-coberto, com a utilização de maquinaria pesada e alfaías, irão destruir a manta viva, danificar o sistema radicular do arvoredor, sobretudo as árvores jovens, acabando, na maior parte das vezes, por destruir pequenos sobreiros que, geralmente surgem de forma espontânea, impedindo desta forma a sua regeneração (Ramalho, 1997). As grandes dificuldades de regeneração são ainda atribuídas ao elevado grau de pastoreio, o qual dificulta a regeneração, quer pela acção do pisoteio, quer pela ingestão do material de regeneração.

Apesar destas dificuldades, o facto de Portugal dispor de matéria prima em quantidade e qualidade apreciável possibilitou o desenvolvimento gradual duma

indústria transformadora, permitindo ao nosso país um lugar de destaque no que se refere aos produtos corticeiros manufacturados. No entanto contrariamente à produção suberícola que genericamente se encontra localizada no Sul do País, a indústria localiza-se maioritariamente no Norte, mais especificamente no distrito de Aveiro, e, neste caso, quase exclusivamente no Concelho da Feira. Saliente-se que enquanto mais de 58% da produção suberícola se encontra no sul do País, cerca de 74% da mão de obra do sector industrial nacional e 82,6 % do volume de negócios nacional industrial corticeiro se localizam no Norte do País. As razões que justificam esta distribuição, bem como os modelos de economia industrial que estão subjacentes a esta localização, encontram-se referidas por Mira (1994). A indústria transformadora pode ser subdividida em quatro sub-sectoros de actividade, tendo como critérios de classificação a matéria prima utilizada, assim como os produtos finais que origina. Os sub-sectoros englobam nomeadamente a indústria preparadora, a indústria de transformação por simples talha a indústria granuladora e a indústria aglomeradora. O número total de fábricas inseridas nestes sectores são cerca de seiscentas (CESE, 1996). Destas 550 unidades fabris dedicam-se exclusivamente ao fabrico de rolhas e de outros produtos de cortiça natural. Em média cerca de 95% têm menos de 20 operários, o que evidencia a segmentação deste sub-sector. As empresas preparadoras de cortiça serão cerca de 80, tendo em média 85% destas menos de 20 trabalhadores. No que diz respeito às indústrias granuladoras e aglomeradoras serão cerca de 30, tendo 32% destas mais de 30 funcionários. O restante diferencial é formado por unidades não oficializadas (CESE, 1996).

Apesar desta fragmentação no sector industrial, caracterizado por um grande número de empresas de pequena dimensão, verifica-se em paralelo a existência em todos os sub-sectoros atrás referidos de unidades fabris com uma grande dimensão, além duma estratégia empresarial e de gestão bastante cuidada. São estas aliás as empresas cuja dimensão lhes permite conseguir economias de escala e efectuar progressos ao nível do desenvolvimento tecnológico, em prol da valorização e investigação de novos produtos de maior valor acrescentado.

Apesar da existência deste restrito número de empresas bem dimensionadas, verifica-se que a nível global, a produtividade nacional na transformação de cortiça é muito baixa, podendo subir até 25% para atingir os valores médios, pelo que uma das soluções será a revisão dos "lay-out" industriais (Amorim,1994).

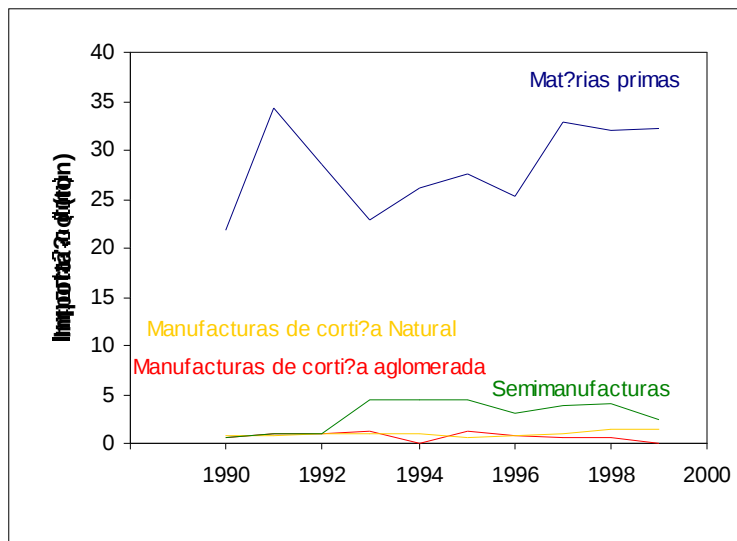
A produção nacional de cortiça é insuficiente para a capacidade de laboração instalada no território nacional, pelo que mesmo recorrendo a importações esta

capacidade de laboração não é totalmente explorada o que naturalmente provoca perdas de competitividade (Gil, 1998).

Convém referir que a oferta de cortiça é bastante variável, consequência do facto da espécie *Quercus suber* L. ser de ciclo longo, o que significa que no curto prazo não pode ser facilmente alterada. Pelo contrário a procura de produtos corticeiros apresenta uma elasticidade superior (Ramalho, 1997). Como se sabe a principal aplicação industrial da cortiça é o fabrico de rolhas. Atendendo a que a rolha é um produto complementar do vinho, facilmente se percebe que uma boa campanha vinícola originará maior procura de cortiça, isto porque apesar da tentativa de introdução dos sucedâneos, estes ainda não têm uma procura definida.

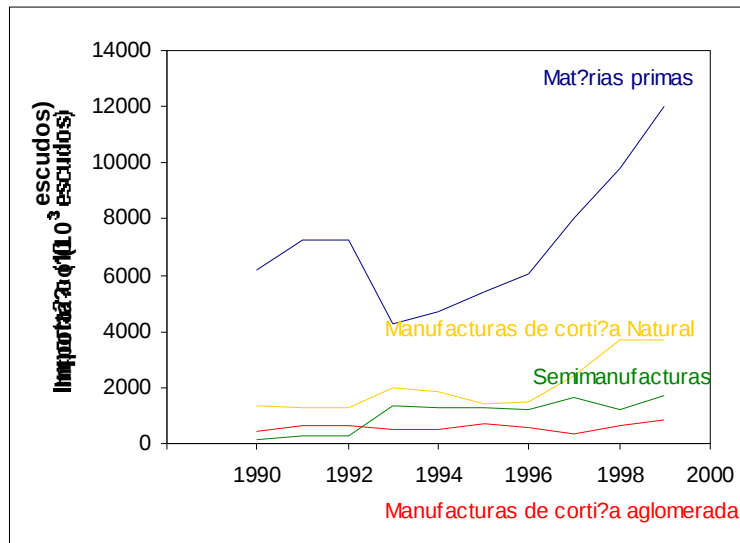
Desta forma, tendo por objectivo a obtenção de matérias primas que pela sua especificidade e/ou qualidade possam preencher lacunas da nossa oferta, as importações de cortiça em bruto ainda que pouco significativas, têm constituído uma prática habitual do sector corticeiro.

Nas figura 7 e 8 está representado a variação, nos últimos anos, das importações em quantidade e valor.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 1999

Figura 7 – Importações do sector corticeiro em quantidade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 1999

Figura 8 – Importações do sector corticeiro em valor

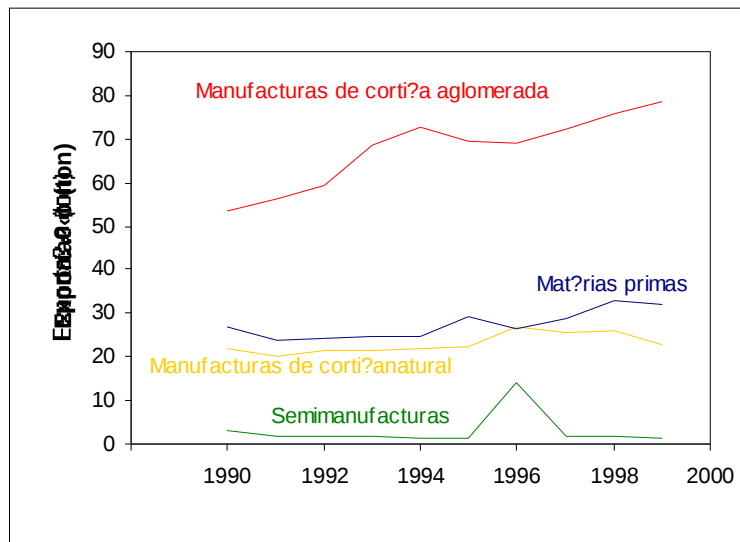
O recurso às importações de matéria prima torna-se necessário, sob pena dos requisitos da procura externa de produtos manufacturados não poder ser satisfeita. Convém referir que as importações de matéria prima se destinam a garantir a oferta de produtos manufacturados e a assegurar a laboração da nossa indústria.

Quanto à capacidade nacional de industrialização do sector da cortiça portuguesa, é inegável a forma como ela tem crescido. De facto, a comparação entre as percentagens de matérias primas e manufacturas exportadas na década de trinta com as correspondentes aos anos oitenta, permite-nos ver como essa capacidade aumentou. Enquanto nos anos trinta, e em média, cerca de 87% do volume e de 68% do valor global das exportações correspondiam a matérias primas, nos últimos anos da década de oitenta, essas percentagens rondavam os 30% e os 10%, o que evidencia já a transferência de industrialização da cortiça dos países consumidores para os produtores de matéria prima (Mira, 1998). Vários autores são unânimes em afirmar que houve uma inversão nas nossas exportações corticeiras pois enquanto na década de setenta as manufacturas representavam apenas 33% do conjunto das nossas exportações corticeiras, actualmente, este valor ultrapassa os 75% (Gil, 1998; Direcção de Serviços de Planeamento e Estatística, 1999). Todos os dados existentes até ao momento reforçam esta ideia da transferência de industrialização para Portugal, com os consequentes ganhos directa e indirectamente através do efeito multiplicador para a nossa economia.

Actualmente as manufacturas exportadas perfazem cerca de 137 milhões de contos, detendo a rolha de cortiça natural (manufacturas naturais) a posição cimeira quer em valor quer em percentagem (figura 1.4), respectivamente 84 milhões de contos (o que representa 57% desse valor). A segunda posição é ocupada pelas manufacturas de cortiça aglomerada onde se incluem os aglomerados puros e compostos, os quais perfazem cerca de 50 mil contos, o que representa aproximadamente 34% do total das exportações corticeiras (Direcção de Serviços de Planeamento e Estatísticas, 1999).

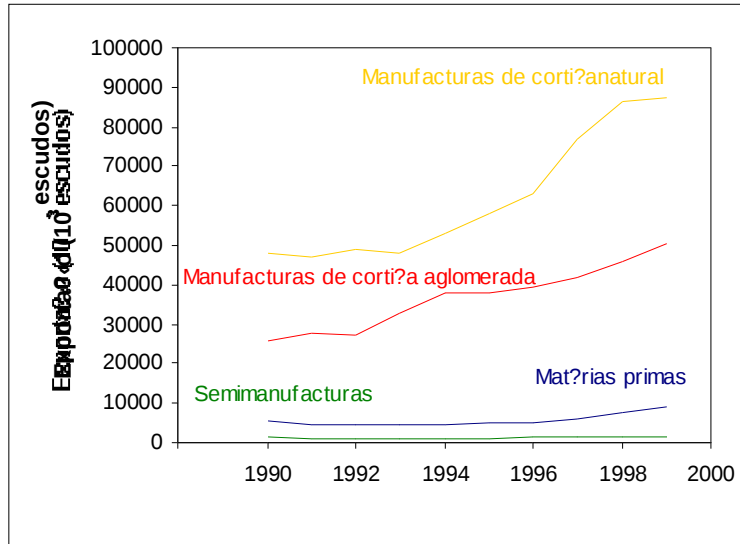
No que se refere aos destinos da cortiça transformada pela indústria nacional, verifica-se que o consumo interno destas manufacturas é quase insignificante, destinando-se praticamente toda a produção nacional para exportação. Os principais destinos das manufacturas corticeiras são a União Europeia e os Estados Unidos da América. No primeiro caso o volume de negócios foi de 83 milhões de contos em 1999, tendo atingido, nesse mesmo ano, 25 milhões de contos no respeitante às importações efectuadas pelos EUA (INE, 1999).

No que concerne aos países da União Europeia, os maiores importadores são por ordem decrescente a França, a Alemanha e Espanha, com os seguintes montantes monetários: 31, 18 e aproximadamente 14 milhões de contos no ano de 1999, respectivamente (INE, 1999). Constata-se que as nossas exportações têm aumentado no final da década de noventa (figura 9 e 10).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 1999; Direcção Geral das Florestas, 1999

Figura 9 – Exportações do sector corticeiro em quantidade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 1999; Direcção Geral das Florestas, 1999

Figura 10 – Exportações do sector corticeiro em valor

Esse aumento das exportações deixa antever uma boa perspectiva na procura futura de produtos corticeiros. Contudo, não podemos esquecer a existência de mercados concorrenciais, tais como, o caso doutros países produtores que poderão ter interesse no desenvolvimento industrial, e, mesmo de outros países com custos de produção mais baixos, nomeadamente de mão de obra, o que poderá ser aliciante para uma indústria que se pretende competitiva com os seus pseudo-sucedâneos.

Considerações Finais

A cortiça é a primeira matéria prima florestal-natural renovável de que somos o primeiro produtor, o primeiro transformador e o primeiro exportador, situação impar que ocupamos, em todas as frentes, a liderança mundial. A sua procura e valorização mantêm-se, apesar da crescente concorrência de produtos alternativos.

A grande problemática de não se ter um objectivo bem definido da política florestal deve-se ao desconhecimento dos fins a alcançar e de perceber os efeitos possíveis das acções que se pretendem implementar através do estabelecimento dessa política.

Perante o quadro já referido da fileira Florestal parece-nos que num futuro próximo a capacidade produtiva do sector poderá perder a competitividade da região, se não forem introduzidas alterações adequadas, de forma coerente e consciente em diversos domínios ligados à Produção Florestal.

Seria de extrema importância que no sector florestal, no qual só se pode pensar a longo prazo, se pudessem contar com fontes de financiamento estáveis e não demasiado oscilantes consoante os critérios políticos que estão constantemente a ser alterados.

Para que se possa, de algum modo, colmatar estes problemas apresentados, seria necessário, em termos de perspectivas futuras, criar uma estratégia de desenvolvimento e implementar medidas de financiamento de linhas de acção de longo prazo adequada à realidade no terreno, um maior apoio junto dos proprietários florestais e uma maior fiscalização dos apoios governamentais.

É, também, necessário intervir a nível da manutenção dos povoamentos florestais para que possam manter a sua saúde e vitalidade, é necessário um maior acompanhamento das matas e substituição dos exemplares não produtivos, problema que é notório ao nível do sobreiro.

Para que se possa ter um coberto florestal de dimensões adequadas à realidade portuguesa e sustentável é necessário uma intervenção técnica e científica adequada e uma postura política e social diferente.

Um ponto importante de intervenção seria a certificação dos sistemas florestais, assente em bases científicas e em metodologias universalmente aceites, que obrigaria não só ao estabelecimento de objectivos concretos de gestão das empresas, mas também a um acompanhamento das mesmas.

Reforça-se, ainda, a ideia de defesa dum sector no qual Portugal tem uma enorme importância e também uma enorme responsabilidade, pois existem outros países situados na faixa mediterrânea que possuem igualmente óptimas condições edafo-climáticas para a produção de cortiça.

Da importância que o sector da cortiça tem para o País, quer na sua valência económica (produção, transformação e comercialização), quer na sua valência económica-social, de desenvolvimento rural, regional e ambiental, quer ainda pela vulnerabilidade que o afectam, resulta a necessidade da protecção, estudo e valorização técnica e económica do montado e da cortiça. Há necessidade de reunir esforços e promover ampla participação de todas as entidades singulares e colectivas, públicas e privadas, interessadas na definição e implementação de uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável desta fileira.

Finalmente, ao nível do comércio, é fundamental que sejam dadas condições à investigação com a finalidade de melhor aproveitar um recurso escasso, com características naturais, e, que concorre no mercado mundial com sucedâneos de

origem sintética (de qualidade inferior), mas provenientes de indústrias poderosas com estratégias de marketing e comercialização agressivas.

No que diz respeito ao futuro, será necessário manter a posição conquistada tanto a nível Nacional como Internacional criando mais e melhores sobreirais e aproveitar na íntegra as aptidões suberícolas da terra Portuguesa.

Bibliografia

AGRO.GES – Sociedade de estudos e projectos, Lda, (2000): O sobreiro e a cortiça. Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural DGDR.

Amorim A. (1994): “As indústrias da cortiça: desafios da competitividade”, Revista Floresta e Ambiente., n.º 27, 5-6.

Amorim, J. (1998): “Visão do Sector Industrial”, 1º Encontro da Cortiça. Évora.

Anjos, O.; Antunes, A. (1999): “A FLORESTA DA BEIRA INTERIOR- Estudo Comparativo com a Floresta Nacional”. Revista Gazeta das Aldeias. 3076. pp 28-32.

CESE, (1996): “O sector florestal Português”, Concelho para a cooperação Ensino Superior Empresa, Póvoa de Varzim.

Direcção Geral das Florestas (1999): “Comércio Internacional de Produtos Florestais”.

Direcção Geral das Florestas (1999): “Produção de cortiça por Ano e por Distrito”, Publicação Interna.

Gil, L. (1998): “Cortiça. produção tecnologia e aplicação”, Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

Goes, E. (1991): “A floresta portuguesa. Sua importância e descrição das espécies de maior interesse”, Portucel, Lisboa.

Instituto Florestal (1995): “Comércio externo de produtos florestais, Estatísticas provisórias”, Divisão de Estatística e estudos Económicos, 10 p.

Instituto Nacional de Estatística (1999): “Estatísticas do Comércio Externo”, Lisboa.

Mira, N. (1994): “Localização Industrial. O sector corticeiro Nacional”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

Mira, N. (1998): “Evolução da posição Portuguesa a nível de comércio internacional da cortiça”. Revista Economia e Sociologia, 65, 65-80. Gabinete de Investigação e acção social – Instituto superior Económico e Social de Évora.

Ramalho, M. J. (1997): “Identificação de algumas variáveis que influenciam quantitativa e qualitativamente a produção de cortiça”, Tese de Mestrado, Universidade de Évora.